



ACÓRDÃO Nº 348/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11212/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Governador Gilberto Mestrinho
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Advogado:** não possui.
- 6- **Responsável:** Sra. Selma Soares de Oliveira, Ordenadora de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1220/2018 – MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 804/806).
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Governador Gilberto Mestrinho. Exercício de 2016.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com ressalvas** as Contas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, exercício de 2016, sob responsabilidade da **Sra. Selma Soares de Oliveira, ex- Diretora Geral**, nos termos do art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM;
- 10.2- **Aplicar Multa à Sra. Selma Soares de Oliveira** no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referente a 5% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução nº 25/12-TCE/AM, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pela impropriedade identificada no item 2, da fundamentação.
- 10.3- **Fixar prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), através de Documentação de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4- **Recomendar à Origem**, Policlínica Governador Gilberto



ACÓRDÃO Nº 348/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Mestrinho, quanto à rigorosa observância da Lei n.º 8.666/93.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral